

Banco HSBC SA

Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital:
Pilar 3 – Dezembro de 2023

Conteúdo

KM1: INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE OS REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS	3
OVA: VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO	4
(a) Interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição	4
(b) Governança do Gerenciamento de Riscos	5
Papéis e Responsabilidades	5
Primeira linha de defesa	5
Segunda linha de defesa	5
Terceira linha de defesa	6
Estrutura Organizacional	6
Estrutura de Comitês	6
(c) Canais de disseminação da cultura de riscos	6
(d) Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos	7
(e) Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria	7
Apetite a Risco (RAS)	8
Mapa de Riscos	8
Riscos Emergentes	8
(f) Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse	8
(g) Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade	9
Risco de Crédito e Contraparte	9
Risco de Mercado	9
Risco Operacional e Demais Riscos Não-Financeiros	10
(h) Breve descrição do gerenciamento de capital	10
OV1: VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)	11
CCA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	12
CC1: COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	13
CC2: CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR) COM O BALANÇO PATRIMONIAL	16
LIQA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ	17
(a) Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez	17
(b) Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação das fontes e dos prazos de captação	18
(c) Estratégia de mitigação do risco de liquidez	18
(d) Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez	18
(e) Descrição resumida do plano de contingência de liquidez	18
(f) Descrição das ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez	18
CRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO	19
CR1: QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES	19
CR2: MUDANÇAS NO ESTOQUE DE OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL	19
CRB: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A QUALIDADE CREDITÍCIA DAS EXPOSIÇÕES	20
CCRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)24	
(a) O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte	24
(b) Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação	24
MRA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO	25
(a) Estratégias e processos utilizados no gerenciamento de riscos de mercado.	25
(b) Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo os mecanismos de comunicação interna utilizados	25
(c) Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos	26
MR1: ABORDAGEM PADRONIZADA - FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO RISCO DE MERCADO	26
IRRBBA: INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O GERENCIAMENTO DO IRRBB	27
IRRB1: INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB	28
GLOSSÁRIO	29

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

Visando garantir a solidez do HSBC, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima dos mínimos regulatórios necessários, conforme abaixo:

Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais					
Em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
Capital regulamentar					
Capital Principal	1,058	956	911	867	942
Nível I	1,648	1,525	1,459	1,394	942
Patrimônio de Referência (PR)	1,648	1,525	1,459	1,394	942
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	6,152	6,654	7,257	6,790	5,777
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	17.2%	14.4%	12.6%	12.8%	16.3%
Índice de Nível 1 (%)	26.8%	22.9%	20.1%	20.5%	16.3%
Índice de Basileia	26.8%	22.9%	20.1%	20.5%	16.3%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%) ⁽¹⁾	2.50%	2.50%	2.50%	2.50%	2.50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) ⁽²⁾	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
ACP total (%) ⁽³⁾	2.50%	2.50%	2.50%	2.50%	2.50%
Margem excedente de Capital Principal (%)	6.7%	3.9%	2.1%	2.3%	5.8%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	10,499	11,249	10,611	8,043	9,140
RA (%)	15.7%	13.6%	13.7%	17.3%	10.3%

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do conselho de administração (CA) e da diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos da instituição e as suas principais atividades e riscos relevantes.

(a) Interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição

O Grupo HSBC é uma das maiores organizações de serviços bancários e financeiros do mundo, presente em mais de 60 países e territórios. O HSBC Brasil, por sua vez, é um banco estabelecido no país voltado para as necessidades internacionais de clientes corporativos globais.

Na execução de seu plano de negócios o HSBC Brasil assume riscos inerentes às suas atividades. Nesse contexto, em linha com as diretrizes do Grupo HSBC e com a regulação local, a Diretoria do HSBC Brasil articula os níveis de risco e de retorno aceitáveis e toleráveis por meio da Declaração de Apetite a Riscos (Risk Appetite Statement – RAS). A RAS fornece uma ligação entre as áreas de negócios, estratégia, risco e finanças, permitindo que a Administração aloque o capital de forma ideal para financiar o crescimento estratégico dentro dos níveis de risco tolerados.

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente, com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e internamente denominada Risk Management Framework (“RMF”). O RMF foi construído para garantir que o HSBC:

- ◆ Gerencie risco da mesma maneira em todo o Grupo HSBC;
- ◆ Assegure uma forte cultura de risco;
- ◆ Esteja consciente dos riscos, identifique os riscos materiais e tome melhores decisões;
- ◆ Tenha controles suficientes para garantir que o HSBC apenas assuma os riscos do tipo e na quantidade corretos para crescer os negócios de forma segura e dentro do apetite;
- ◆ Forneça produtos e serviços que tragam resultados justos para os clientes e que mantenham o funcionamento ordenado e transparente dos mercados financeiros

As atividades de gerenciamento de risco envolvem o dimensionamento, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. Os perfis de risco mudam constantemente sob a influência de diversos fatores. A estrutura de gestão de riscos estabelecida pelo HSBC Brasil visa fomentar o monitoramento contínuo do ambiente de risco e é associada a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

A RMF também estabelece as principais referências internas com relação a princípios, políticas e procedimentos, assim como define a taxonomia de riscos usada como base para gestão integrada de riscos.

Dentre os principais riscos inerentes à atividade do HSBC Brasil, destacam-se:

- ◆ Risco de Crédito: é o risco de perdas financeiras no caso de o cliente ou contraparte não cumprir com uma obrigação relacionada a um contrato.
- ◆ Risco de Mercado: consiste na possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, uma vez que a carteira de ativos e passivos pode apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

- ◆ Risco Operacional e demais Riscos Não-Financeiros: consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo perdas legais.
- ◆ Risco de Liquidez e Captação: é o risco de não ter recursos financeiros suficientes para cumprir com suas obrigações à medida que vencem, ou que tenha de vir a fazê-lo a um custo excessivo. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. Risco de captação (uma forma de risco de liquidez) surge quando a liquidez necessária para financiar posições ativas sem liquidez não pode ser obtida nos termos esperados e quando necessário.
- ◆ Risco Reputacional: a reputação do HSBC Brasil depende da maneira pela qual conduz seus negócios e também pode ser afetada pela qualidade e conduta de seus clientes e fornecedores (parceiros) de serviços.
- ◆ Risco de Sustentabilidade (Socioambiental): surge da prestação de serviços financeiros para empresas ou projetos que conflitam com as necessidades de desenvolvimento sustentável (ambiental e social), incluindo, mas não limitados a possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais.

(b) Governança do Gerenciamento de Riscos

Papéis e Responsabilidades

Todo funcionário do HSBC é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa que descreve a divisão de papéis e responsabilidades, conforme as atividades realizadas, devendo haver uma clara segregação entre a propriedade dos riscos (Primeira LOD), a supervisão independente dos riscos (Segunda LOD) e a revisão e avaliação independente (Terceira LOD).

Primeira linha de defesa

A primeira LOD possui propriedade definitiva para riscos e controles sendo composta por três papéis principais:

- ◆ Proprietários de risco: são responsáveis por identificar, avaliar, assumir e gerenciar riscos para seus negócios, de acordo com o apetite de risco estabelecido pela Diretoria.
- ◆ Proprietários de controle: são responsáveis por avaliar e gerenciar os processos, atividades ou sistemas para garantir que estejam operando de forma eficaz. Trabalham com os proprietários de risco para entender e gerenciar os riscos, testar os controles, escalar eventuais deficiências assim como propor e executar planos de remediação associados aos seus respectivos controles
- ◆ Gerentes de controle e risco de negócios (CCOs): são responsáveis por fornecer conselhos de risco operacional e efetuar revisões temáticas com o objetivo de assegurar que testes de controle estejam sendo realizados e documentados, assim como identificar potenciais fragilidades no ambiente de controle não capturados pelos testes de controles.

Segunda linha de defesa

A Segunda LOD estabelece políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira LOD para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a riscos pré-estabelecido. A Segunda LOD consiste nas áreas especialistas e são independentes.

Por meio da estrutura e governança de Gestão Integrada de Riscos, a Segunda LOD é responsável por assegurar plena visibilidade e avaliação independente dos riscos a Diretoria.

Terceira linha de defesa

A Terceira LOD é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Estrutura Organizacional

A estrutura de governança existente no HSBC Brasil assegura o acompanhamento da execução da estratégia e resultados dos negócios, além da supervisão e responsabilidades para o efetivo gerenciamento dos riscos.

O princípio da responsabilidade individual é exercido em toda a organização e é fundamental para o gerenciamento efetivo de riscos no HSBC. As decisões são tomadas por indivíduos específicos de acordo com a autoridade a ele delegada para garantir uma clara atribuição de responsabilidade.

A Diretoria Executiva de Risco é responsável pela governança de gestão de riscos integrada em todo o Grupo e desempenha papel chave no desenvolvimento e monitoramento do apetite ao risco. Organizacionalmente reporta-se ao Presidente do HSBC Brasil e também ao Diretor Executivo de Risco da América Latina, que por sua vez, reporta-se ao Presidente do Grupo HSBC da América Latina e ao Diretor Executivo de Risco do Grupo HSBC no Reino Unido.

Estrutura de Comitês

O modelo de governança do grupo HSBC tem como objetivo assegurar o monitoramento e escalção dos assuntos relevantes de forma adequada e tempestiva. Esse modelo inclui comitês com ampla participação da Diretoria visando assegurar a plena visibilidade dos riscos incorridos pela instituição, para revisão e tomadas de decisão.

O Comitê Executivo (ExCo) tem visibilidade das decisões relacionadas a riscos e é suportado por seus subcomitês, a saber: RMM (Risk Management Meeting – Reunião de Gestão de Riscos), ALCO (Assets and Liabilities Committee – Comitê de Ativos e Passivos) e FCRMC (Financial Crime Risk Management Committees – Comitê de Gerenciamento de Risco de Crimes Financeiros).

(c) Canais de disseminação da cultura de riscos

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Uma cultura de risco forte é aquela que apoia consistentemente e de forma apropriada a conscientização, comportamentos e julgamentos sobre riscos. Ela reforça o gerenciamento eficaz de riscos, promove a tomada de riscos de forma apropriada e garante que os riscos emergentes ou as atividades de risco além do nosso apetite de risco sejam reconhecidos, avaliados, escalados e abordados em tempo hábil. Nossa cultura de risco incentiva a discussão de preocupações por todos os funcionários e requer responsabilidade na tomada de decisão.

Também é essencial à cultura de risco que haja uma adequada comunicação de como o banco encara o risco e qual seu apetite, de modo que a cultura seja disseminada não apenas nos processos e políticas.

Como parte da disseminação da Cultura de Risco do HSBC Brasil, a Política de Gestão Integrada de Riscos (GIR) e a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) são amplamente divulgadas a todos os colaboradores.

A GIR fornece uma visão geral da gestão dos riscos que o HSBC Brasil toma para atingir seus objetivos estratégicos e está em conformidade com os requerimentos do Grupo HSBC e com a regulamentação local. O HSBC Brasil atua no gerenciamento de riscos de forma integrada, apoiando uma forte cultura de risco no banco, promovendo a conscientização dos riscos e uma boa tomada de decisão operacional e estratégica, e garantindo que só assumimos riscos de tipo e nível que o HSBC Brasil concordou, e que estes sejam aceitáveis.

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) estabelece os níveis e tipos de riscos de forma integrada a que o HSBC Brasil está disposto a assumir em suas atividades, em toda a entidade, para alcançar seus objetivos de negócios.

Adicionalmente, o HSBC divulga suas políticas no sharepoint corporativo para que todos os colaboradores tenham acesso, proporciona treinamentos mandatórios relativos a riscos e controles internos na intranet do Grupo e disponibiliza canais para comunicação de erros operacionais, fraudes, e denúncias de qualquer natureza. Todos os colaboradores têm a responsabilidade de comunicar os problemas identificados tempestivamente.

(d) Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

O objetivo da mensuração e reporte de risco do HSBC Brasil é garantir que os riscos sejam capturados integralmente, com todos os atributos necessários para fundamentar decisões seguras, e que esses atributos sejam avaliados com exatidão, garantindo também que as informações sejam entregues tempestivamente de modo que os riscos sejam administrados e mitigados com sucesso.

A mensuração e reporte de risco também estão sujeitos a uma estrutura robusta de governança para garantir que seu desenho seja adequado aos objetivos e que estejam funcionando apropriadamente.

O HSBC Brasil investe recursos em sistemas e processos de tecnologia da informação para manter e melhorar sua capacidade de gestão de risco. A mensuração e monitoramento dos grandes riscos gerenciados pelo HSBC Brasil, inclusive riscos de crédito, de mercado e operacional, são administrados por sistemas globais, ou quando isso não acontece, as estruturas e processos possibilitam uma supervisão pela gerência sênior.

A gestão é realizada visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pelo HSBC Brasil. Informações gerenciais de controle de risco são disponibilizadas às áreas de negócio, à Diretoria Executiva do HSBC Brasil e da América Latina, mediante relatórios diários, mensais, trimestrais e apresentações periódicas.

(e) Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

Os relatórios de riscos permitem que a gerência sênior e as partes interessadas tomem decisões informadas, fornecendo análises a partir de dados precisos e oportunos, juntamente com perspectivas de especialistas no assunto. O relatório de riscos ajuda a gerência sênior a entender quais são os principais riscos e se eles são gerenciados dentro do apetite ao risco. Ele também fornece visibilidade de temas comuns e problemas sistêmicos em toda a organização, o que nos permite gerenciar os riscos de maneira mais proativa e eficaz.

Para fornecer uma visão completa e consistente do gerenciamento de riscos nos Negócios Globais, Funções, Regiões, Países e entidades legais, os relatórios de risco são baseados nos princípios principais:

- ◆ Os dados são registrados oportunamente e com precisão no sistema apropriado de registro
- ◆ Os dados são agregados em informações de risco significativas e relatados de maneira consistente por comitês de governança

- ◆ Informações de risco são usadas pela empresa para tomar melhores decisões

Além dos relatórios gerenciais, o RMF estabelece um conjunto de relatórios integrados que permitem a Administração ter plena visibilidade dos riscos, incluído o monitoramento da RAS, o Mapa de Riscos, e os Riscos Emergentes.

Apetite a Risco (RAS)

A RAS contribui significativamente para uma estrutura de gerenciamento de risco forte e integrada e para a cultura de risco, ajudando a direcionar e apoiar o crescimento sustentável no contexto de um ambiente de maior risco. O Apetite de Risco também é usado no gerenciamento ativo de riscos, juntamente com outras ferramentas de gerenciamento de risco.

A RAS consiste em demonstrações qualitativas e métricas quantitativas, cobrindo riscos financeiros e riscos não financeiros. As métricas de apetite de risco são revistas semestralmente e são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de linha de negócios, planejamento estratégico e de negócios e para a avaliação da diretoria.

Mapa de Riscos

O Mapa de Risco fornece uma visão pontual do perfil de risco do HSBC Brasil em diversos tipos de risco. Permite a avaliação do potencial desses riscos impactarem de forma relevante nos resultados financeiros, reputação ou sustentabilidade do nosso negócio. Os especialistas de risco atribuem ratings vermelho, âmbar ou verde a risco "atuais" e "projetados", apoiados por comentários. Os riscos "âmbar" ou "vermelho" exigem que os planos de ação de monitoramento e/ou mitigação estejam em vigor ou iniciados para gerenciar o risco até níveis aceitáveis.

Riscos Emergentes

O relatório de Riscos Emergentes aborda riscos que ainda não se cristalizaram, mas podem gerar impactos financeiros ou não-financeiros. Eles são segregados entre curto prazo, com o potencial de se formar e cristalizar entre um horizonte entre seis meses e um ano, e os de médio ou longo prazos, capazes de ter impacto material em nossa estratégia, rentabilidade e reputação a longo prazo, apesar de mais incertos, num horizonte temporal de um ano ou mais.

Usamos o relatório para avaliar o ambiente de risco interno e externo e fornecemos uma visão de futuro de questões que poderiam ameaçar a execução da estratégia ou operações do HSBC.

(f) Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse

O teste de estresse é uma ferramenta essencial de risco, estratégia e gerenciamento de capital para o HSBC. Usamos testes de estresse para examinar as sensibilidades dos planos de capital e da demanda não planejada de capital regulatório em vários cenários, tanto sob a forma de testes de estresse regulatório quanto de testes de estresse internos. Anualmente, um teste de estresse integrado regulatório é realizado envolvendo os riscos relevantes e considerando todos o portfólio de operações atuais e o balanço projetado de acordo com o plano de negócios para os próximos anos. Eles incluem, mas não estão limitados a eventos macroeconômicos adversos, ocorrências geopolíticas e uma variedade de eventos importantes projetados de risco operacional.

Adotamos a metodologia de análise de cenários. Sendo que a definição de cada cenário segue uma abordagem top-down, ou seja, são criados ambientes macroeconômicos, a partir de narrativas específicas, que resultarão em choques nas variáveis dos diversos riscos que fazem parte do escopo do exercício. A partir destes choques, os impactos nos resultados e capital projetados, além de outras métricas de negócio e risco, são avaliados contra o apetite a risco do HSBC. Caso algum cenário demonstre desvios em relação ao apetite a risco, bem

como níveis capital e resultados projetados indesejados, ações mitigatórias são discutidas e elaboradas, de modo que, caso esses cenários se materializem, o HSBC tenha ações pré-estabelecidas a serem adotadas para minimizar ou eliminar esses impactos potenciais.

Também realizamos testes de estresse internos em uma variedade de cenários e riscos. Estes estão intimamente alinhados com nossas avaliações de Riscos Emergentes e informam nosso apetite de risco. Eles incluem possíveis eventos de risco macroeconômicos, geopolíticos e operacionais, e eventos potenciais específicos para o HSBC.

A análise de testes de estresse ajuda a diretoria a entender a natureza e a extensão de qualquer vulnerabilidade. Testes de estresse internos alertam as ações da gestão de várias maneiras. Os impactos nas principais métricas e limites de apetite de risco são considerados, e estes podem ou não ser reavaliados (por exemplo, reduções em limites de carteira, limites ou exposições diretas e por meio de um acompanhamento e vigilância mais rigorosos das exposições que podem ser sensíveis estressar). Esse processo é parte integrante da nossa gestão de risco ativa e mais detalhes podem ser encontrados na Política de Teste de Estresse

(g) Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

Risco de Crédito e Contraparte

A abordagem do HSBC Brasil para a gestão de risco de crédito e de contraparte baseia-se na capacidade de pagamento dos clientes, também levando em consideração as garantias oferecidas para a mitigação de risco.

A política geral do Grupo HSBC é de promover o uso da mitigação de risco de crédito e de contraparte, justificada pela prudência comercial e a boa prática, assim como eficácia de capital. Um dos métodos mais comuns de mitigação de risco de crédito e de contraparte é o uso de garantias. Políticas específicas estão sujeitas a uma revisão regular para garantir que tenham o suporte de evidência empírica e continuem a cumprir seu propósito previsto.

A garantia financeira na forma de títulos é usada nos derivativos negociados pelo HSBC Brasil e em seu negócio de financiamento de títulos (empréstimo de títulos e operações compromissadas).

Políticas e procedimentos mitigam as exposições do HSBC Brasil, por exemplo, ao exigir termos e condições padrão ou documentação especificamente acordada que permitem a compensação de saldos de crédito contra obrigações de dívidas.

A avaliação dos mitigadores de risco de crédito e de contraparte procura monitorar e garantir que estes continuarão a fornecer a fonte segura de pagamento similar ao momento em que foram aceitos. O HSBC Brasil tem como prática a avaliação mais frequente de garantias de alta volatilidade.

Risco de Mercado

A Diretoria Executiva de Risco deve avaliar os riscos de mercado que surgem sobre cada produto e negócio e garantir que as exposições a risco de mercado continuem dentro dos limites estabelecidos. A natureza das estratégias de hedge e mitigação de risco vão desde o uso de instrumentos tradicionais de mercado, como swap de taxas de juros, até estratégias de hedge mais sofisticadas para enfrentar uma combinação de fatores de risco que surgem nas carteiras. O Grupo HSBC estabelece em suas políticas que todas as propostas para limitar exposições estruturais em moeda estrangeira devem ser aprovadas pela Diretoria do HSBC Brasil antes que a transação de hedge seja executada. Uma avaliação completa do resultado e impactos no capital deve ser fornecida, juntamente com o tratamento contábil do hedge.

Risco Operacional e Demais Riscos Não-Financeiros

O HSBC utiliza a metodologia de Avaliação de Riscos e Controles (Risk and Control Assessment – “RCA”) que avalia os riscos não-financeiros e o ambiente de controles associados a eles.

O processo de Avaliação de Riscos e Controles (Risk and Control Assessment – “RCA”) fornece uma visão prospectiva dos riscos não-financeiros em todos os níveis da organização para ajudar pro-ativamente a determinar se estão controlados em níveis aceitáveis.

A materialidade de cada risco é avaliada para determinar o impacto plausível máximo que pode ocorrer no negócio nos próximos 12 meses. O ambiente de controles é também avaliado quanto à sua efetividade em mitigar esse risco. O risco residual, que considera o quanto o ambiente de controles efetivamente mitiga esse risco, é então atribuído para determinar se ações de gerenciamento adicionais são necessárias. A Matriz de Priorização de Risco (Risk Prioritisation Matrix – RPM) é usada para classificar riscos não-financeiros. Os riscos inerentes e residuais mais altos são reportados a Diretoria assim como seus planos de mitigação e prazos.

(h) Breve descrição do gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

É objetivo do HSBC Brasil manter uma base de capital forte e superior ao mínimo exigido pelo regulador para suportar o desenvolvimento de seus negócios. No HSBC Brasil, o qual é parte integrante do Grupo HSBC, uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo, o capital é gerenciado localmente, mas de forma integrada ao processo de gestão de capital do Grupo HSBC como um todo, com consistência e alinhamento.

A estrutura de gerenciamento de capital, aprovada pela Diretoria Executiva do HSBC Brasil, incorpora visões alternativas de capital, incluindo o capital investido e o capital regulatório. Estes são definidos da seguinte maneira:

- ◆ Capital investido é o capital investido no HSBC Brasil pelos acionistas;
- ◆ Capital regulatório é o capital mínimo que o HSBC Brasil deve manter conforme determinado pela regulamentação do BACEN.

Os riscos de crédito, de mercado e operacional foram identificados como materiais e são gerenciados por estruturas próprias nos moldes definidos pela regulamentação.

A responsabilidade pela alocação de capital e respectivas decisões pertence à Diretoria Executiva. Por meio de sua estrutura de processos e governança interna, o HSBC Brasil mantém disciplina sobre suas decisões de investimento e alocação de capital, visando garantir que os retornos sobre o investimento sejam adequados, tendo em conta os custos de capital.

O processo de gestão de capital é articulado via um plano anual de capital aprovado pela Diretoria Executiva, com o objetivo de manter tanto uma quantidade ideal de capital como um equilíbrio entre seus diferentes componentes. Este plano pode envolver aumento de Capital de Nível 1 e/ou emissão de dívida subordinada, e estas ações são efetuadas de acordo com as políticas e diretrizes do Grupo HSBC relacionadas ao mercado e à concentração de investidores, aos custos, às condições de mercado e aos efeitos no perfil de composição e maturidade do capital total. O capital é gerenciado para suportar o crescimento planejado dos negócios e cumprir com os requerimentos regulatórios no âmbito do plano anual de capital aprovado pelo HSBC Brasil.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Segundo a Resolução CMN 4.958, para calcular os requerimentos mínimos de capital, deve ser calculado o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) sendo a soma das parcelas de risco de crédito (RWA CPAD), risco de mercado (RWA MPAD) e risco operacional (RWA OPAD):

Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento Mínimo de PR 31/12/2023
	31/12/2023	30/09/2023	
Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	3,671	3,826	294
Risco de crédito em sentido estrito	2,496	2,310	200
Risco de crédito de contraparte (CCR)	1,174	1,206	94
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
Do qual: mediante uso da abordagem CEM	1,174	1,206	94
Do qual: mediante demais abordagens	-	-	-
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	-	301	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	-	9	-
Risco de mercado	1,364	1,710	109
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	1,364	1,710	109
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	-	-	-
Risco operacional	1,118	1,118	89
Total	6,152	6,654	492

CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

1	Emissor	Banco HSBC S.A.
2	Identificador único (ex.: Cusip, Isin ou identificador Bloomberg para colocação privada)	BRLLAMLF050
3	Lei aplicável ao instrumento	Instrumento de dívida de acordo com termos da Resolução CMN nº 4.955 e dos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 5.007
4	Tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	NA
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Capital Complementar
6	Elegibilidade para a instituição individual/conglomerado/conglomerado e instituição individual	Instituição individual
7	Tipo de instrumento	Letra Financeira
8	Valor reconhecido no PR (R\$mil)	589,902,92
9	Valor de face do instrumento (em R\$ mil)	524,670.00
10	Classificação contábil	Passivo - custo amortizado
11	Data original de emissão	22/03/2023
12	Perpétuo ou com vencimento	Perpétuo
13	Data original de vencimento	Sem vencimento
14	Opção de resgate ou recompra	Sim
15	(1) Data de resgate ou recompra	Opção de recompra pelo Banco HSBC a partir de 5 anos da emissão.
16	(2) Datas de resgate ou recompra condicionadas	Não se aplica
17	(3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	
18	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não se aplica
19	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Variável
20	Taxa de remuneração e índice referenciado	CDI+ 3%
21	Existência de suspensão de pagamento de dividendos	No caso de uma situação de estresse do Banco HSBC em relação aos índices mínimos de capital ou por ordem do Bacen, haverá uma suspensão temporária do pagamento de capital e/ou juros. Esta situação não será um evento de inadimplência do emissor.
22	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatário	Mandatário
23	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não
24	Cumulativo ou não cumulativo	Não Cumulativo
25	Conversível ou não conversível em ações	Não conversível
26	Se conversível, em quais situações	NA
27	Se conversível, totalmente ou parcialmente	NA
28	Se conversível, taxa de conversão	NA
29	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	NA
30	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	NA
31	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	NA
32	Características para a extinção do instrumento	Sim
33	Se extingüível, em quais situações	Serão extintos nas situações previstas no art. 17, inciso XV, da Resolução CMN 4.192, de 01/03/2013.
34	Se extingüível, totalmente ou parcialmente	Totalmente

35	Se extingüível, permanentemente ou temporariamente	Permanente
36	Tipo de Subordinação	Contratual
37	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especifica o tipo de instrumento de ordem imediatamente superior)	Sênior ao Capital Principal e subordinado aos demais passivos da instituição.
38	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Não
39	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	NA

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Composição do Patrimônio de Referência (PR)

31/12/2023

Valor (R\$ mil)

Capital Principal: instrumentos e reservas

1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	919,248	19
2	Reservas de lucros	221,726	6
3	Outras receitas e outras reservas	2,010	6
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	-	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1,142,984	

Capital Principal: ajustes prudenciais

7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9	Ativos intangíveis	70,493	15 a.
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	14,546	26 e.
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	

23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	85,039	
29	Capital Principal	1,057,945	19
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	589,903	16 a.
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	589,903	16 a.
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-	
35		-	
36	<i>da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i> Capital Complementar antes das deduções regulatórias	589,903	
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	589,903	
45	Nível I	1,647,848	

Nível II: instrumentos

46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-
49	<i>da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-

Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	-
59	Patrimônio de Referência	1,647,848
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	6,152,293

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

61	Índice de Capital Principal (ICP)	17.20%
62	Índice de Nível I (IN1)	26.78%
63	Índice de Basileia (IB)	26.78%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2.50%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2.50%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0.00%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0.00%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	9.20%

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	-

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período	31/12/2023		
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço
Balanco Patrimonial Consolidado ⁽¹⁾			
Ativo			
Disponibilidades	24,982	24,982	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	839,993	839,993	4
Ativos financeiros para negociação	1,375,963	1,375,963	5
Instrumentos financeiros derivativos	1,515,301	1,515,301	8
Ativos financeiros disponíveis para venda	829,514	829,514	6
Empréstimos e financiamentos	675,225	675,225	11
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-	-	
	16,660	16,660	11
Contratos de câmbio	18,347,718	18,347,718	12
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	633,870	633,870	7
Outros ativos	2,002,339	2,002,339	13
Ativos fiscais correntes	376	376	26
Créditos tributários	92,532	92,532	26
Imobilizado de uso	29,867	29,867	14
Intangível	118,228	118,228	15
Depreciações e amortizações	-	-	
	66,470	66,470	14,15
Total do Ativo	26,402,778	26,402,778	
Passivo			
Depósitos à vista	451,944	451,944	16
Depósitos a prazo	3,128,351	3,128,351	16

Captações no mercado aberto	1,603,816	1,603,816	16
Instrumentos financeiros derivativos	921,757	921,757	8
Obrigações por empréstimos	869,455	869,455	17
Contratos de câmbio	17,865,582	17,865,582	12
Outros passivos	308,723	308,723	13
Provisões	13,740	13,740	27
Obrigações fiscais diferidas	43,195	43,195	26
Patrimônio Líquido			
Capital Social	972,478	972,478	19
Outras Receitas e Outras Reservas	221,728	221,728	
Reservas de Lucros	2,009	2,009	6
(Ações em Tesouraria)			
Total do Passivo	26,402,778	26,402,778	

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

(a) Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez

O HSBC Brasil adota o modelo de Três Linhas de Defesa (3LOD), que é uma estrutura organizacional a qual descreve a divisão de papéis e responsabilidades, definida pelas atividades realizadas. Deve haver uma clara segregação entre a propriedade do risco (Primeira LOD), a supervisão dos riscos (Segunda LOD) e a garantia independente (Terceira LOD).

- ◆ Primeira LOD: Markets Treasury (MTSY) - responsável por gerenciar a liquidez a curto prazo (LCR) para toda a entidade, de acordo com as normas do Grupo e dos órgãos regulatórios.
- ◆ Segunda LOD: ALCO - comitê composto pela Alta Administração (CEO, CRO, CFO, Head de ALCM e também os executivos responsáveis pelas áreas de negócios do Banco) do HSBC Brasil e responsável pela avaliação periódica das estratégias adotadas e sua evolução tais como assegurar a análise, acompanhamento e controle dos riscos de liquidez em conformidade com as Diretrizes estabelecidas pela Diretoria e órgãos regulatórios. O risco de liquidez de longo prazo ou estrutural é de responsabilidade do ALCO e seus membros.
- ◆ Terceira LOD: Auditoria interna.

Conforme determinação dada pela Resolução nº 4.557, o CRO é o Diretor responsável pelo risco de liquidez da instituição. A estrutura de Finanças e o CFO são responsáveis por preparar os relatórios de acompanhamento de risco de liquidez assim como identificar e escalar qualquer potencial excesso aos limites ou desvios de

estratégia estabelecidos pela Diretoria, de acordo com as políticas internas e regulação em vigor. Os limites são estabelecidos pela diretoria e monitorados pelo ALCO.

(b) Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação das fontes e dos prazos de captação

O funding utilizado pelo HSBC Brasil é majoritariamente composto pelo seu Capital (Core Tier 1) e depósitos a prazo de clientes pessoa jurídica, mas também existem Letras Financeiras emitidas que compõem a estrutura de funding. Existem controles e métricas específicas para monitorar concentração e estabilidade desses recursos de terceiros.

(c) Estratégia de mitigação do risco de liquidez

A utilização de Early Warning Indicators (EWI) tem por objetivo auxiliar a primeira linha no processo de monitoramento do risco de liquidez. EWI visam emitir sinais para que ações mitigatórias sejam tomadas.

A definição dos EWI faz parte do plano de contingência de liquidez.

(d) Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez

Testes de estresse são utilizados no processo de monitoramento e gestão do risco de liquidez. Em linhas gerais os cenários levam em consideração redução significativa no volume de depósitos e restrição ao acesso de refinanciamento (funding novo). As principais métricas utilizadas como referência nos testes de estresse são: LCR e NSFR (descritas no item "f" abaixo)

(e) Descrição resumida do plano de contingência de liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez é uma peça fundamental na Gestão da Liquidez. Ele determina o conjunto de ações a serem tomadas em uma crise de liquidez, previamente estudadas e aprovadas pelo ALCO; a comunicação tempestiva entre os envolvidos e as esferas de decisão necessárias para endereçamento das medidas corretivas.

A elaboração do Plano de Contingência tem como premissa a definição do Limite de Liquidez que servirá de parâmetro quantitativo de avaliação da condição de liquidez da instituição. A violação deste limite caracterizaria um ambiente de crise de liquidez, demandando o acionamento do plano.

A ativação e desativação do Plano de Contingência devem ser detectadas pela área de Gestão de Risco de Liquidez, sendo a desativação feita após a aprovação formal do ALCO.

(f) Descrição das ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez

As principais métricas utilizadas para fins de gerenciamento de liquidez são:

Índice de Liquidez de Curto Prazo ou Liquidity Coverage Ratio - (LCR): O LCR corresponde à razão entre o estoque de ativos de alta liquidez - High Quality Liquidity Assets (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa previstas para um período de 30 dias, calculadas no cenário de estresse padronizado.

Índice de Liquidez de Longo Prazo ou Net Stable Funding Ratio (NSFR): Esse índice busca calcular a proporção de ativos de longo prazo que são financiados por produtos de longo prazo, financiamentos estáveis:

- ◆ Financiamento estável inclui: depósitos de clientes, financiamentos de atacado de longo prazo (do mercado interbancário) e recursos próprios.
- ◆ Financiamento instável inclui o financiamento por atacado de curto prazo (inclusive do mercado interbancário).

As métricas acima fazem parte da Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e são monitoradas no mínimo mensalmente.

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue tanto as exigências locais como as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

CR1: Qualidade creditícia das exposições				31/12/2023
Em R\$ milhões				
	Valor bruto:			
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal (a) ⁽¹⁾	Em curso normal (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Valor líquido (a+b-c)
Concessão de crédito	15	3,097	21	3,091
Títulos de dívida	0	2,930	0	2,930
dos quais: títulos soberanos nacionais		2,930		2,930
dos quais: outros títulos				0
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	0	1,082		1,082
Total	15	7,109	21	7,103

¹⁾ Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Em R\$ milhões	Total
Valor das operações em curso anormal no final do período anterior (30/06/2023)	19
Valor das operações em curso anormal no final do período anterior (30/06/2023)	19
Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	0
Valor das operações reclassificadas para curso normal	0
Valor da baixa contábil por prejuízo	0
Outros ajustes	-4
Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (31/12/2023)	15

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

CRB Setor: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Total das Exposições

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Carteira Total da Exposição (Valor Bruto)
Pessoa Jurídica	7,090	7,109
Setor Público	3,022	3,023
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	92	92
GOVERNO	2,930	2,930
Setor Privado	4,068	4,087
ENERGIA	636	639
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	1,160	1,166
TECNOLOGIA	75	76
CORRETORAS & INST. FINANCEIRAS	61	61
TELECOMUNICAÇÕES	0	0
QUÍMICOS	165	166
VAREJO	1	1
ATACADO	15	15
LOGÍSTICA	7	7
ALIMENTOS, BEBIDAS & TABACO	475	478
SERVIÇOS PROFISSIONAIS	76	76
AGRICULTURA & COMMODITIES	353	355
CONSTRUÇÃO & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2	2
BENS DE CONSUMO/TEXTIL & VESTIMENTA	26	26
METAIS & MINERAÇÃO	215	216
AVIAÇÃO	0	0
INDUSTRIA	81	81

AUTOMOTIVO	5	5
TURISMO & LAZER	0	0
SEGUROS	286	287
SAÚDE	37	37
SERVIÇOS DE ENGENHARIA	48	48
OUTROS	336	338
MÍDIA	7	7
SERVIÇOS	1	1
NAVAL	0	0
Total Geral	7,090	7,109

CRB Setor: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Total das operações em curso anormal

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	Curso Anormal (1)	Carteira Provisão Regulamentar
Pessoa Jurídica	15	1
Setor Público	-	-
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	0	-
Setor Privado	15	1
ENERGIA	-	-
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	-	-
TECNOLOGIA	-	-
CORRETORAS & INST. FINANCEIRAS	-	-
TELECOMUNICAÇÕES	-	-
QUÍMICOS	15	1
VAREJO	-	-
LOGÍSTICA	-	-
ALIMENTOS, BEBIDAS & TABACO	-	-
SERVIÇOS PROFISSIONAIS	-	-
AGRICULTURA & COMMODITIES	-	-
CONSTRUÇÃO & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	-	-
BENS DE CONSUMO/TEXTIL & VESTIMENTA	-	-
METAIS & MINERAÇÃO	-	-
AVIAÇÃO	-	-
INDUSTRIA	-	-
AUTOMOTIVO	-	-
TURISMO & LAZER	-	-
SEGUROS	-	-
SAÚDE	-	-
SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	-
OUTROS	-	-
MÍDIA	-	-
SERVIÇOS	-	-

NAVAL	-	-
Total Geral	15	1

CRB Prazo: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões					31/12/2023				
Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) ⁽¹⁾					Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) ⁽¹⁾				
até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	acima de 6 meses	Total	até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	acima de 6 meses	Total
4,465	1,092	474	1,072	7,103	4,475	1,098	477	1,075	7,124

⁽¹⁾ Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

CRB Atraso: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões		31/12/2023
		Carteira Bruta
		Total da Exposição em atraso ⁽¹⁾
menor que 30 dias		-
entre 31 e 90 dias		-
entre 91 e 180 dias		-
entre 181 e 365 dias		-
maior que 365 dias		-
Total		-

⁽¹⁾ Conforme Carta Circular 4.068, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

CRB Região: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões		31/12/2023	
		Carteira	
		Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)
Sudeste		2,859	2,873
Sul		237	239
Norte		9	9
Nordeste		341	341
Centro-Oeste		583	587
Território nacional ¹		2,930	2,930
Brasil		6,960	6,979
Estrangeiro		130	130
Exterior		130	130
Total Geral		7,090	7,109

¹ Considera somente os títulos públicos brasileiros.

CRB Região: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Total das operações em curso anormal

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	Carteira	
	Curso Anormal (2)	Provisão Regulamentar
Sudeste	-	-
Sul	-	-
Norte	-	-
Nordeste	15	1
Centro-Oeste	-	-
Território nacional ¹	-	-
Brasil	15	1
Estrangeiro	-	-
Exterior	-	-
Total	15	1

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

2) Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

CRB Maiores Devedores: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões	31/12/2023	
Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) ⁽¹⁾	Exposição	% da Carteira

10 Maiores Devedores	4,983	69.9%
100 Maiores Devedores	7,120	99.9%

⁽¹⁾ Conforme Carta Circular 4.068 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

CRB Reestruturadas: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

31/12/2023

Em R\$ milhões	Curso Anormal (1)	Demais
Exposições reestruturadas	15	-

¹⁾ Conforme Resolução 54, a partir de 01/01/2022 as operações em curso anormal correspondem àquelas caracterizadas como ativos problemáticos, conceito este definido na Resolução 4.557.

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

(a) O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte

O HSBC Brasil usa o Método da Exposição Corrente para a avaliação do risco de crédito de contraparte. Os limites das exposições são designados dentro do processo geral de aprovação de crédito. Os modelos e metodologias usados no cálculo de risco de contraparte são aprovados pelo Comitê de Metodologia de Risco de Contraparte do Grupo HSBC.

(b) Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação

As políticas de Risco de Crédito de Contraparte são definidas pela estrutura global de riscos, atendendo às exigências dos órgãos reguladores, e estão claramente documentadas na intranet do Banco (<http://risk.gmo.hsbc/>).

Um dos métodos mais comuns de mitigação de risco de crédito e de contraparte é o uso de garantias e Collateral Settlement Anex (CSA). Políticas específicas estão sujeitas a uma revisão regular para garantir que tenham o suporte de evidência empírica e continuem a cumprir seu propósito previsto.

A garantia financeira na forma de títulos é usada nos derivativos negociados pelo HSBC Brasil e em seu negócio de financiamento de títulos (empréstimo de títulos e operações compromissadas).

Outro método de mitigação é a exigência de termos e condições padrão ou documentação especificamente acordada que permitem a compensação de saldos de crédito contra obrigações de dívidas."

(c) O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado

(a) Estratégias e processos utilizados no gerenciamento de riscos de mercado.

A missão e as políticas de Risco de Mercado são definidas pela estrutura global de riscos e estão claramente documentadas na intranet do Banco (<http://risk.gmo.hsbc/>) no GM FIM (Global Markets Functional Instruction Manual). Os FIMs (Functional Instruction Manuals) tratam-se dos manuais de instruções funcionais que descreve os padrões e políticas do 'HSBC'. Anualmente, a área de Risco de Mercado avalia a adequação da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado do 'Grupo HSBC Brasil' às diretrizes do GM FIM.

A função de controle de Risco de Mercado tem como objetivo mensurar, monitorar, analisar e reportar as exposições sujeitas ao risco de mercado.

Uma das atividades de Risco de Mercado é o gerenciamento de riscos baseando-se na definição e acompanhamento de uma estrutura de limites utilizada para gestão das posições.

As atividades de monitoramento de Risco de Mercado abrangem:

- ◆ • Execução de processos diários de mensuração das métricas de risco de mercado, tais como VaR, PVBPs, Deltas;
- ◆ • Cálculo e análise de cenários de estresse (stress test)
- ◆ • Análise e comparação das exposições ao risco de mercado com os respectivos limites estabelecidos;
- ◆ • Elaboração dos relatórios para envio à área de negócios e área global de riscos;
- ◆ • Consolidação de informações relevantes para comitês e Alta Administração do banco.

(b) Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo os mecanismos de comunicação interna utilizados

A área de Risco de Mercado do 'HSBC Brasil' está relacionada a uma estrutura independente das áreas de negócios e auditoria conforme políticas globais da instituição e atendendo às exigências dos órgãos reguladores. Adicionalmente há uma estrutura matricial global na qual a área de Risco de Mercado também se reporta. A unidade global participa ativamente do gerenciamento de riscos local em atividades como: acompanhamento da medição do consumo de riscos, aprovação de limites, avaliação e validação de metodologias para medição do risco e definição de cenários globais de estresse.

Adicionalmente a Risco de Mercado, vale também destacar a área de Product Control, subordinada ao Chief Financial Officer (CFO) local, que executa funções importantes de suporte e complementação a Risco de Mercado tais como: garantia da correta segregação das carteiras de negociação e não negociação de acordo com as políticas do 'Grupo HSBC', certificação de dados de mercado utilizados na valoração dos instrumentos financeiros, a correta aplicação de modelos de cálculo do valor a mercado ou MtM das operações de tesouraria, apuração da exposição do banco em moeda estrangeira e, apuração diária do resultado oficial da tesouraria.

A área de Operations, por sua vez, tem a responsabilidade pelo controle operacional das operações de tesouraria, garantindo que seu registro esteja correto para que suas informações sejam devidamente capturadas pelas demais áreas envolvidas no escopo do processo de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

A definição e validação das métricas utilizadas para medição e controle do risco de mercado são realizadas pela estrutura global de Risco de Mercado e a equipe local atua na implantação e identificação na necessidade de revisão destas metodologias sempre com o suporte da estrutura global.

A área de Risco de Mercado atua em conjunto com as áreas local ou global de tecnologia (dependendo da ferramenta em questão) para:

- ◆ • Especificar melhorias;
- ◆ • Revisar periodicamente seus modelos e funcionamento;
- ◆ • Homologar mudanças solicitadas local ou globalmente de acordo com as necessidades identificadas.
- ◆ Os tipos de ferramentas disponibilizadas pela área de tecnologia e utilizadas por Risco de Mercado são:
- ◆ Sistemas de boletagem e gestão de posição (Primary Trading Systems – PTS);
- ◆ Sistemas de consolidação de riscos;
- ◆ Sistemas de cálculo do VaR e sVaR ;
- ◆ Sistemas de reporting.

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado

Em R\$ milhões	31/12/2023
Fatores de risco	RWA _{MPAD}
Taxas de juros	1,038
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	142
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	896
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	-
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	-
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	16
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	-
Ajuste para derivativos decorrente de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	310
Total	1,364

IRRBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

O IRRBB refere-se ao risco atual ou potencial para o capital e os lucros da empresa decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária do HSBC. Quando as taxas de juros mudam, o valor presente dos fluxos de caixa futuros também mudam. Isso afeta o valor subjacente dos ativos, passivos e itens fora do balanço da empresa e seu valor econômico. As mudanças nas taxas de juros também afetam os lucros da empresa, alterando as receitas e despesas sensíveis à taxa de juros, impactando sua receita líquida de juros (“NII”)

A abordagem utilizada pelo HSBC Brasil para gerenciar o IRRBB possui quatro níveis:

- ◆ a gestão do IRRBB como um todo;
- ◆ a gestão do componente de risco de mercado do IRRBB que pode ser economicamente neutralizado;
- ◆ a gestão do componente de risco de mercado do IRRBB que não pode ser economicamente neutralizado;
- ◆ a gestão do componente de “não-risco de mercado” do IRRBB

O HSBC Brasil adota o modelo 3LOD (3 Linhas de Defesa) que é uma estrutura organizacional que descreve a divisão de papéis e responsabilidades, definida pelas atividades realizadas. Deve haver uma clara segregação entre a propriedade do risco (Primeira LOD), a supervisão dos riscos (Segunda LOD) e a garantia independente (Terceira LOD) para ajudar a apoiar o Banco na efetiva identificação, avaliação, monitoramento, gerenciamento e relatórios de riscos.

No que se refere a gestão de IRRBB e de uma forma mais ampla do risco de mercado oriundo da carteira de não negociação a área Risco de Mercado (Traded Risk / Treasury Risk) atua como 2LOD com a responsabilidade de definir políticas e procedimentos além de supervisionar se o monitoramento, i.e.: controle e gestão do IRRBB está sendo cumprido, pela 1LOD, de acordo com as regras definidas (sejam elas internas ou regulatórias).

Dentro do modelo de governança adotado pelo Grupo HSBC a área de Gestão de Ativos e Passivos e Capital (ALCM – Asset, Liability and Capital Management) – dentro da estrutura de Finanças - bem como Markets Treasury possuem responsabilidades de 1LOD como Risk Owners e Control Owners. A garantia independente da Terceira LOD ocorre por meio da Auditoria Interna.

O HSBC Brasil utiliza as seguintes métricas com o objetivo de garantir que o risco de taxa de juros do Banking Book seja gerenciado adequadamente:

- ◆ Análise de sensibilidade a variações de 1 ponto base no nível da taxa de juros (PVBP);
- ◆ Value at Risk (VaR);
- ◆ Projeção e sensibilidade do Net Interest Income (NII);
- ◆ Análise de sensibilidade do Economic Value of Equity (EVE);
- ◆ Análise da sensibilidade do capital a variações no valor de mercado da carteira disponível para venda (AFS) e da carteira de derivativos.
- ◆ A análise de sensibilidade por meio do PVBP, VaR e análise de sensibilidade da carteira AFS é de responsabilidade da equipe de Risco de Mercado enquanto a análise da sensibilidade do NII e EVE é de responsabilidade da equipe de ALCM.

Os modelos utilizados para o cálculo das métricas acima seguem as definições do Grupo HSBC e são customizados para a realidade brasileira conforme a necessidade.

A instituição, com base em seu modelo interno, monitora o resultado de:

- ◆ 6 cenários de estresse para Δ EVE;
- ◆ 2 cenários de estresse para Δ NII.

Tais cenários, que são revisados no mínimo anualmente, estão alinhados com os propostos pelo Banco Central do Brasil.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Perda Potencial dos Instrumentos Classificados na Carteira Bancária decorrente de Cenários de Variação das Taxas de Juros (1)

R\$ milhões

Cenários	31/12/2023		31/12/2022	
	Δ EVE	Δ NII	Δ EVE	Δ NII
	Choques ⁽²⁾ Padronizados	Choques ⁽²⁾ Padronizados	Choques ⁽²⁾ Padronizados	Choques ⁽²⁾ Padronizados
Paralelo de Alta	0	62	24	26
Paralelo de Baixa	11	1	0	0
Aumento no Curto	0		0	
Redução no Curto	0		0	
Steepener	0		0	
Flattener	0		0	
Variação Máxima	11	62	24	26
Capital de Nível I	1,648		942	

⁽¹⁾ As medidas de variação têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

⁽²⁾ Os valores são calculados por meio de modelo interno e choques regulatórios padronizados, conforme Art. 39 §1º II da Circular 3.876.

Glossário

Abordagem avançada IRB

A abordagem avançada IRB é um método para calcular as exigências de capital de risco de crédito usando modelos PD, LGD e EAD internos.

Abordagem básica IRB ou IRB Foundation

A abordagem básica IRB é um método para calcular exigências de capital de risco de crédito usando modelos PD internos, mas com estimativas do Banco Central do Brasil para LGD e fatores de conversão para o cálculo de EAD.

Abordagem padronizada ou STDA

- No risco de crédito, um método para calcular exigências de capital de risco de crédito usando classificações de risco do Banco Central do Brasil.
- No risco operacional é calculada mediante a aplicação de uma percentagem definida pelo Banco Central do Brasil com relação às receitas da instituição financeira.
- No risco de mercado é medido usando os modelos Value at Risk ('VaR') ou regras prescritas pelo Banco Central do Brasil.

Apetite ao risco

É um direcionador para tomada de decisão que estabelece o nível de tolerância aos riscos que o HSBC Brasil deseja estar exposto e efetua monitoramento. Uma vez que o limite de apetite pelo risco tenha sido excedido, mecanismos de controle e gestão de riscos são acionados para trazer de volta o nível de exposição dentro dos limites estabelecidos.

Back-testing

Método utilizado para testar a validade e robustez de um modelo utilizando dados históricos. O procedimento de back-test visa a comparar as oscilações efetivamente ocorridas em um determinado período com as oscilações previstas nos modelos. A análise dessa comparação irá fornecer os dados para validação do método utilizado.

Basileia II

A estrutura de adequação de capital emitida pelo Comitê Basileia de Supervisão Bancária em junho de 2006 na cidade de Basileia na Suíça, na forma de 'Convergência Internacional de Medida de Capital e Padrões de Capital'.

BRCM (Business Risk Control Manager)

Tem a função de garantir a implementação e efetividade dos controles em cada processo.

Capital econômico

A exigência de capital calculada internamente, considerada necessária pelo HSBC Brasil para suportar os riscos aos quais está exposto, num nível de confiança consistente com a classificação de crédito no nível AA das empresas de rating.

Capital investido

Patrimônio investido no HSBC Brasil por seus acionistas.

Capital de nível 1

Composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros (excluídos os mencionados no capital nível 2, como definido em normativo emitido pelo BACEN), resultados retidos e contas de resultados do exercício não encerrado.

Capital regulatório

O capital mantido pelo HSBC Brasil de acordo com as regras do Banco Central do Brasil.

Classificação de risco

Classificações do devedor, em uma escala de risco conforme definido a seguir:

Risco mínimo de inadimplência: o nível mais forte de crédito, com uma probabilidade pequena de inadimplência.

Risco baixo de inadimplência: crédito forte, com baixa probabilidade de inadimplência.

Risco satisfatório de inadimplência: um bom risco de crédito, com uma probabilidade satisfatória de inadimplência.

Risco leve de inadimplência: o risco de inadimplência continua leve, mas fraquezas identificadas podem exigir um monitoramento mais regular.

Risco moderado de inadimplência: a posição geral não causará nenhuma preocupação imediata, mas um monitoramento mais regular será necessário em função das sensibilidades a eventos externos, que podem aumentar a possibilidade de risco de inadimplência.

Risco significativo de inadimplência: o desempenho pode ser limitado por um ou mais aspectos preocupantes, conhecido como deterioração, ou a perspectiva de piora do status financeiro. É necessário maior monitoramento regular.

Alto risco de inadimplência: deterioração continuada no status financeiro, que exige um monitoramento frequente e avaliação contínua. A possibilidade de inadimplência é preocupante, mas o financiado atualmente tem a capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

Acompanhamento especial: a probabilidade de inadimplência é crescente e a capacidade do financiado de honrar seus compromissos financeiros é cada vez menos provável.

Inadimplência: uma inadimplência é considerada como tendo acontecido em relação a um determinado devedor quando um ou ambos os eventos seguintes tiverem acontecido: o banco considera que o devedor não tem possibilidade de pagar seus compromissos totalmente, sem recurso por parte do banco para ações como realização das garantias, ou o devedor está atrasado há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito importante para o Grupo bancário.

Credit default swap

Contrato que permite transferir a exposição ao risco de determinados produtos de responsabilidade de uma terceira parte entre outras duas partes. A parte compradora do swap recebe proteção de crédito, ao passo que a parte vendedora garante a boa liquidação da obrigação. Desta forma, o risco de default é transferido do

emite o título para o vendedor do contrato de swap. Este, por sua vez, é remunerado pelo comprador da proteção.

Derivativos

Instrumento financeiro cujo valor se baseia no desempenho de um ou mais ativos subjacentes, como obrigações ou moedas.

Exposição

Um direito de crédito, direito contingente ou posição que apresenta um risco de perda financeira.

Exposição no momento do default (Exposure at default - EAD)

O valor que se espera que fique pendente depois de qualquer mitigação de risco de crédito, se e quando uma contraparte estiver em default. EAD reflete saldos sacados, assim como valores não sacados, mas que estão comprometidos.

Global Markets

Segmento de negócios que engloba os serviços de tesouraria e mercado de capitais do Grupo HSBC.

Hedge (proteção)

Instrumento que visa proteger eventuais perdas resultantes do aumento do valor de obrigações ou da redução do valor de bens.

Grupo HSBC

Grupo HSBC, o que inclui HSBC Holdings plc e suas empresas coligadas e controladas em todo o mundo.

HSBC Brasil

Banco HSBC S.A.

HSBC Holdings plc

Empresa controladora do Grupo HSBC.

IMM (Internal Model Method) - Método de Modelo Interno

Uma das três abordagens definidas pelo Basileia II para determinar valores de exposição para risco de crédito de contraparte.

IRB (Internal Rating Based approach)

A abordagem IRB do Acordo de Basileia II permite aos bancos avaliar o Risco de Crédito utilizando seus próprios modelos. A abordagem se divide em duas metodologias possíveis: IRB Foundation (básica) e IRB Advanced (avançada). Para utilizar qualquer destas abordagens, a instituição tem que se candidatar e obter autorização do Banco Central do Brasil.

Inadimplência

Situação em que uma contraparte deixa de cumprir um contrato, particularmente no que se refere ao pagamento ou cumprimento de obrigações contraídas. Quando um cliente estiver em inadimplência, os empréstimos pendentes totais sobre os quais os pagamentos estão atrasados são descritos como créditos em atraso.

Instituições

Dentro da abordagem padronizada, instituições são classificadas como instituições de crédito ou de investimento. Dentro da abordagem IRB, instituições também incluem governos regionais e autoridades locais, entidades do setor público e bancos de desenvolvimento multilateral.

M (maturity)

Prazo efetivo de vencimento.

Mitigação de risco de crédito

Uma técnica para reduzir o risco de crédito associado a uma exposição pela aplicação de mitigadores de risco de crédito como garantias e proteção de crédito.

Perda dado o default (Loss Given Default - LGD)

Corresponde ao percentual, em relação ao parâmetro EAD observado, da perda econômica decorrente do default, considerados todos os fatores relevantes, inclusive descontos concedidos para recuperação do crédito e todos os custos diretos e indiretos associados à cobrança da obrigação.

Perda esperada (Expected Loss - EL)

É o resultado da multiplicação do percentual de perda esperada - definido em normativo emitido pelo BACEN - pelo valor do parâmetro EAD.

Probabilidade de default ('PD')

A probabilidade de um devedor não cumprir os seus compromissos de pagamento no horizonte de um ano.

Risco de correlação adversa

Uma correlação desfavorável entre a probabilidade de default da contraparte e o valor avaliado a mercado da transação subjacente.

Securitização

Prática financeira que consiste em agrupar vários tipos de ativos financeiros (notadamente títulos de crédito tais como faturas emitidas e ainda não pagas, dívidas referentes a empréstimos e outros), convertendo-os em títulos passíveis de negociação. A dívida é transferida / vendida, na forma de títulos, para um ou mais investidores.

Swap

Entende-se como swap um contrato de troca de indexadores, que funciona como hedge (proteção), permitindo consequentemente aos participantes do mercado se proteger dos riscos inerentes aos ativos que operam, como por exemplo, risco de oscilação cambial.

Total Return Swap

Tipo de derivativo de crédito no qual a contraparte receptora de risco (vendedor de proteção) recebe o rendimento de um ativo subjacente mais a variação positiva que ocorra durante um prazo especificado, e pago à contraparte transferidora de risco (comprador de proteção) o custo de "financiamento" de um valor nominal e a variação negativa que ocorra durante o mesmo prazo.

Valor em risco ('VaR')

Uma técnica que mede a perda que poderia acontecer nas posições de risco como resultado de movimentos adversos em fatores de risco de mercado (como taxas, preços, volatilidades), durante um tempo específico e a um determinado nível de confiança.

Banco HSBC S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 1.909 - 19º andar - Torre Norte

São Paulo - SP

+55 (11) 2802-3250

www.hsbc.com.br